

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA PALMIRA DE SOUZA: CONHECENDO OS ASPECTOS FINANCEIROS, PEDAGÓGICOS E ADMINISTRATIVOS DA INSTITUIÇÃO

Jaqueline Honorio Cassiano ¹
Rafaela Margerie M. Soares Cruz ²
Louize Gabriela Silva de Souza ³

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise da Escola Municipal Professora Palmira de Souza, em Natal/RN, a partir de uma visita técnica realizada no contexto das disciplinas de Organização e Gestão da Educação Brasileira e Seminário de Orientação ao Desenvolvimento de Práticas Educativas e Formação Docente IV. O objetivo foi compreender a estrutura administrativa, pedagógica e financeira da instituição, identificando desafios e boas práticas. O artigo tem como fundamentação teórica autores como Freire (1996), Libâneo (2013), Luckesi (2017), Mantoan (2003), Santos (2020), Silva (2020) e Paro (2004). A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, baseada em observação *in loco*, entrevistas com gestores e análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola para compreender suas práticas pedagógicas e organizacionais. Identificou-se que a escola tem infraestrutura razoável, mas carece de refeitório, climatização e equipamentos multimídia. A gestão escolar é participativa, porém sem grêmio estudantil, e a dependência de repasses governamentais limita investimentos. Além disso, a falta de parcerias externas também reduz as possibilidades de ampliação de projetos educacionais. Conclui-se que, para aprimorar a qualidade educacional, é essencial investir na melhoria da infraestrutura, ampliar a participação estudantil e buscar fontes alternativas de financiamento, além de fortalecer a formação continuada dos docentes para um ambiente escolar mais inclusivo e inovador.

Palavras-chave: Visita técnica, gestão escolar, práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados de uma pesquisa realizada na Escola Municipal Professora Palmira de Souza, localizada no bairro Potengi, em Natal - RN. A atividade prática teve como objetivo conhecer a estrutura, organização e funcionamento da instituição de ensino, considerando os aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros. A proposta visa compreender como a escola pública se organiza para atender as demandas educacionais da comunidade escolar, ao mesmo tempo que

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Informática do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, jaquelinecassiano051@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Informática do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, margerie2003@gmail.com;

³ Professora orientadora: doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, louize.gabriela@ifrn.edu.br.



identifica as dificuldades e as práticas bem-sucedidas dentro de uma realidade pública de ensino.

METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, com o objetivo de compreender aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos da Escola Municipal Professora Palmira de Souza, localizada na cidade de Natal/RN. A pesquisa foi realizada por meio de análise documental, visitas presenciais à instituição de ensino e entrevistas com membros da equipe gestora.

Foram observados os espaços físicos da escola, como as salas de aula, biblioteca, salas de apoio e a infraestrutura disponível, além de ser analisado o Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento central para a organização das práticas pedagógicas. A coleta de dados foi complementada por entrevistas com gestores da escola, que forneceram informações sobre a gestão, as estratégias pedagógicas e os desafios enfrentados pela instituição.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa visão é firmada por diversos estudiosos que defendem uma abordagem educacional voltada para a autonomia dos alunos, a inclusão social e o desenvolvimento integral, superando o tradicional modelo de ensino centrado apenas na transmissão de conteúdos.

Segundo Paulo Freire (1996), a educação deve ser um processo que visa à emancipação dos alunos, permitindo-lhes ser protagonistas de seu próprio aprendizado. Para Freire, a verdadeira educação só é alcançada quando o aluno se vê como sujeito ativo no processo educativo, desenvolvendo a capacidade de reflexão crítica e de transformação social. Isso implica que a escola deve ser um espaço que favoreça a autonomia, a participação e a construção do conhecimento, rompendo com práticas pedagógicas autoritárias.

Libâneo (2013) complementa essa visão ao afirmar que a técnica pedagógica não existe sem uma concepção de ser humano e sociedade, ou seja, a educação não pode ser apenas um conjunto de métodos, mas deve estar sustentada por uma compreensão



profunda sobre o papel da escola na formação humana e na construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, é essencial que os educadores não apenas dominem as técnicas pedagógicas, mas também compreendam a função social da educação e sua contribuição para a transformação das realidades sociais.

Dentro desse contexto, a avaliação escolar assume um papel crucial. Luckesi (2017) propõe que a avaliação não seja encarada como um simples mecanismo classificatório, mas como um processo formativo e contínuo. A avaliação deve ser voltada para a melhoria do aprendizado, identificando as dificuldades dos alunos e orientando as práticas pedagógicas para atender a essas necessidades. Esse modelo contribui para uma abordagem mais inclusiva, pois permite que cada aluno seja acompanhado em seu ritmo e processo de aprendizagem, com vistas ao seu desenvolvimento pleno.

Santos e Silva (2020) destacam a importância da avaliação como um instrumento para promover a aprendizagem colaborativa e a inclusão educacional. A avaliação, nesse sentido, se torna uma ferramenta estratégica para identificar as necessidades dos alunos e oferecer o suporte necessário para aqueles que enfrentam dificuldades, promovendo avanços na aprendizagem de forma mais eficaz e equitativa. Isso evidencia a importância de uma prática pedagógica que priorize a colaboração entre educadores, alunos e suas famílias, para que todos participem ativamente do processo educativo.

A inclusão educacional é um tema central na educação contemporânea. Para Mantoan (2003), a inclusão não se limita à simples integração dos alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar. Ela representa um desafio mais amplo: romper com os estereótipos e práticas segregadoras que ainda permeiam muitas instituições. A escola inclusiva deve ser aquela que repensa seus modelos pedagógicos, que desafia os padrões tradicionais de ensino e que valoriza as diversas formas de aprendizagem e os múltiplos saberes. Assim, a inclusão se torna uma questão de justiça social, em que se respeita e acolhe a diversidade, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas características, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Além disso, a filosofia da gestão escolar deve ser alinhada com os princípios da inclusão e da promoção da autonomia. A gestão escolar não deve se limitar à administração burocrática, mas deve ser vista como uma prática que contribui diretamente para o desenvolvimento dos alunos e para a construção de um ambiente



escolar mais participativo e acolhedor. Nesse sentido, propor uma gestão democrática na escola é garantir sua autonomia, o que, segundo Paro (2004, p. 11), “significa conferir poder e condições concretas para que ela alcance objetivos educacionais articulados com os interesses da comunidade”.

Portanto, é possível afirmar que, para que a educação cumpra seu papel de transformação social, é necessário que ela vá além da mera transmissão de conteúdos. Deve ser uma educação que favorece a autonomia, a inclusão e a formação integral dos alunos, respeitando as diversidades e garantindo a participação ativa de todos. A avaliação, a gestão escolar e as metodologias pedagógicas devem estar centradas na promoção de um ambiente inclusivo, no qual cada aluno tenha a oportunidade de superar suas dificuldades e desenvolver seu potencial pleno. Assim, a educação se torna um instrumento de emancipação e um meio para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

A Escola Municipal Professora Palmira de Souza, situada na Rua Volta Redonda, no bairro Potengi, em Natal, foi criada em 23 de agosto de 1980 e, desde então, vem se consolidando como uma instituição comprometida com a educação pública de qualidade. Com funcionamento legalizado, a escola acompanha as normativas educacionais e busca continuamente adaptar-se às exigências legais e pedagógicas atuais.

Atualmente, a escola atende 434 alunos, distribuídos entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. O funcionamento em dois turnos (matutino e vespertino) permite uma organização eficiente das turmas. No turno da manhã, as atividades são voltadas ao Ensino Fundamental I, com oito turmas (do 1º ao 5º ano). Já no turno da tarde, atende oito turmas do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). Essa divisão favorece o planejamento e a gestão dos recursos humanos e pedagógicos, possibilitando uma atenção mais formada às diferentes faixas etárias e níveis de aprendizagem.

A escola dispõe de uma estrutura física satisfatória para os padrões da rede pública municipal, com oito salas de aula, sala de leitura, sala de informática, sala de dança, sala de multimídia, secretaria, sala dos professores, banheiros, cozinha, almoxarifado, despensa e uma quadra de esportes. Contudo, há lacunas estruturais importantes, como a ausência de um refeitório adequado, a falta de uma sala exclusiva



para a coordenação pedagógica e a carência de equipamentos como ar-condicionado nas salas de aula e recursos multimídia suficientes.

Essas deficiências impactam diretamente na qualidade do ambiente escolar, afetando desde o conforto físico dos alunos até o potencial de inovação pedagógica. A ausência de climatização, por exemplo, pode comprometer a concentração e o rendimento, especialmente em regiões de clima quente.

A escola conta com um Conselho Escolar ativo e participativo, o que fortalece a gestão democrática. Esse conselho é formado por um grupo estratégico que reúne representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, como alunos, professores, pais e membros da comunidade local. Sua atuação permite a tomada de decisões mais transparentes e alinhadas com as necessidades reais da escola.

Há também um Conselho Fiscal, que desempenha um papel crucial na fiscalização dos recursos financeiros da escola. Esse conselho é responsável por acompanhar a aplicação dos recursos recebidos, garantir a transparência na gestão financeira e aprovar a prestação de contas, permitindo que o diretor administre o orçamento da escola de forma regular e legal, com a devida autorização registrada em cartório. Esse controle contribui para uma gestão responsável e alinhada às normativas legais.

No entanto, apesar da presença de conselhos administrativos e financeiros, a escola não possui um grêmio estudantil, e nunca houve uma mobilização significativa ou a visita de órgãos que incentivassem a criação dessa representação estudantil. A formação de um grêmio é essencial para o desenvolvimento de competências como liderança e participação, fundamentais para a formação de cidadãos críticos e responsáveis. Como afirma Freire (1996), a educação deve promover a autonomia dos alunos, permitindo-lhes ser protagonistas de seu aprendizado, o que inclui a possibilidade de organização e representação.

A gestão escolar reflete um compromisso com a inclusão, democracia e apoio ao desenvolvimento integral dos alunos. Baseada em um modelo colaborativo e participativo, em que a comunidade escolar, incluindo alunos, professores, pais e membros da comunidade, tem um papel ativo na tomada de decisões. Seu foco vai além do administrativo ou financeiro, mas também no apoio pedagógico e emocional dos estudantes. A equipe gestora se compromete com a promoção da inclusão e da equidade, oferecendo apoio contínuo aos estudantes em situação de vulnerabilidade ou com dificuldades de aprendizagem.



Nesse contexto, a filosofia da gestão escolar reforça que a escola não deve ser um espaço de reprovação e exclusão, mas sim de acolhimento, aprovação e superação. Para isso, a gestão prioriza estratégias que garantam que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de sucesso escolar, oferecendo suporte contínuo aos estudantes para garantir que nenhum deles seja deixado para trás.

2. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

2.1 Organização e práticas pedagógicas

A organização pedagógica da escola segue os preceitos do Projeto Político-Pedagógico (PPP), conforme preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. O PPP é um instrumento vivo e dinâmico, atualizado conforme as necessidades da escola. Ele contempla metas que vão desde o combate ao preconceito até a promoção da saúde emocional, por meio de ações como a campanha Setembro Amarelo, e atividades voltadas à inclusão social e afetiva.

As práticas pedagógicas priorizam o bem-estar e a convivência harmônica, o que fortalece o vínculo entre alunos e professores. A avaliação do rendimento escolar é conduzida de forma contínua, sendo complementada por provas bimestrais. Esta prática permite identificar dificuldades e planejar intervenções pedagógicas mais assertivas. Em casos de rendimento abaixo da média, os alunos têm oportunidades de recuperação, e seu progresso é registrado e monitorado diariamente pelos professores.

Para o desenvolvimento dessas ações, a escola organiza dias específicos de planejamento, nos quais a equipe gestora e os professores realizam reuniões para revisar indicadores, propor estratégias de ensino e debater soluções para os principais desafios enfrentados. Essa prática reflete a gestão participativa da escola, na qual decisões pedagógicas são compartilhadas entre professores, pais e demais integrantes da comunidade escolar.

2.2 Inclusão e Atendimento a Alunos com Necessidades Especiais

A escola possui estratégias específicas para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Estes estudantes são assistidos com ações voltadas ao fortalecimento da alfabetização e do engajamento social. O PPP dedica um capítulo exclusivo às práticas inclusivas, evidenciando a relevância desse tema no cotidiano escolar.



Entre as abordagens utilizadas, destaca-se a formação de grupos de estudo heterogêneos, nos quais os alunos com diferentes níveis de habilidade colaboram entre si, uma estratégia corroborada por Santos e Silva (2020), que ressalta sua eficácia na promoção da aprendizagem colaborativa e na inclusão educacional. Isso permite que aqueles com maior dificuldade no aprendizado tenham suporte adicional e avancem de forma mais eficiente.

2.3 Aspectos financeiros relacionados ao pedagógico

Os recursos pedagógicos são viabilizados por meio de programas como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garantem desde a alimentação escolar até a aquisição de materiais didáticos e equipamentos. As decisões sobre a aplicação desses recursos são discutidas em reuniões do Conselho Escolar, assegurando transparência e gestão democrática.

A recente priorização da compra de ar-condicionado para a sala de dança, por exemplo, reflete o esforço da escola em oferecer um ambiente mais confortável e adequado às atividades específicas. Apesar da limitação orçamentária, a gestão busca otimizar os recursos, priorizando tanto materiais de capital (equipamentos duráveis) quanto materiais de custeio (uso diário), mantendo o foco na qualidade do ensino.

3. ASPECTOS FINANCEIROS

A gestão financeira da escola é essencial para o seu funcionamento e para a implementação de projetos educacionais e estruturais. Os recursos vêm, principalmente, do orçamento municipal (ROM), PDDE e PNAE. A aplicação desses recursos obedece a regras específicas, o que exige planejamento e constante prestação de contas.

Em relação à distribuição dos recursos financeiros, a escola divide os valores recebidos em duas categorias principais: material de custeio e material de capital. O material de custeio inclui itens de consumo rápido, como materiais didáticos e de expediente. Já o material de capital abrange equipamentos permanentes, como mobiliário e aparelhos eletrônicos.

Apesar dos esforços na administração dos recursos, um dos principais desafios enfrentados pela escola é a falta de parcerias externas. A dependência exclusiva dos recursos governamentais limita a capacidade da escola de ampliar suas ações e investir em projetos inovadores. A ausência de apoio privado ou de organizações da sociedade



civil contrasta com experiências de outras instituições públicas que, por meio dessas parcerias, conseguiram melhorias significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório analisou a Escola Municipal Professora Palmira de Souza a partir de seus aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros, identificando tanto pontos positivos quanto seus desafios. Administrativamente, a escola dispõe de uma estrutura relativamente adequada, contando com espaços como sala de leitura, informática e quadra esportiva. No entanto, a ausência de um refeitório estruturado e a falta de equipamentos como ar-condicionado e projetores multimídia limitam a qualidade do ambiente escolar, impactando o conforto e a efetividade das práticas pedagógicas.

A gestão se destaca por ser participativa, contando com um Conselho Escolar ativo. No entanto, a ausência de um grêmio estudantil limita o desenvolvimento do protagonismo juvenil, elemento essencial na formação de sujeitos críticos e autônomos. Segundo Freire (1996), a educação deve ser um instrumento de emancipação, que possibilite ao oprimido desenvolver sua autonomia e tornar-se sujeito de sua própria história. Nessa perspectiva, o grêmio estudantil representa um espaço privilegiado de escuta, diálogo e ação, onde os alunos aprendem a se organizar coletivamente, debater ideias, discutir sobre questões que os afetam e reivindicar seus direitos.

No âmbito pedagógico, a instituição adota um Projeto Político-Pedagógico (PPP) bem estruturado, que orienta práticas voltadas para a inclusão, combate ao preconceito e promoção do bem-estar emocional. A avaliação do rendimento dos alunos ocorre de forma contínua, com oportunidades de recuperação para aqueles que apresentam dificuldades. Além disso, há um esforço para garantir a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, promovendo metodologias colaborativas e acompanhamento especializado.

Essa prática reforça o papel da escola como espaço de desenvolvimento integral, conforme propõem Libâneo (2013) e Santos e Silva (2020), ao priorizar a equidade no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, ainda há desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito à formação continuada dos professores e ao fortalecimento do suporte psicopedagógico.

Em relação à gestão financeira, a escola recebe recursos de programas governamentais, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além do orçamento municipal. Contudo,



enfrenta limitações na aplicação desses valores, que seguem regras específicas de destinação, dificultando investimentos mais amplos. A falta de parcerias externas também restringe a expansão de projetos e melhorias estruturais.

Diante desses desafios, algumas medidas podem ser adotadas para aprimorar a qualidade da educação oferecida. No campo administrativo, seria essencial buscar parcerias ou programas governamentais para melhorar a infraestrutura, incluindo a construção de um refeitório e a aquisição de equipamentos multimídia. A criação de um grêmio estudantil deve ser incentivada como forma de promover a autonomia, a responsabilidade e a participação dos alunos na vida escolar.

No aspecto pedagógico, é recomendável investir em formação continuada para os professores, ampliando o uso de metodologias inovadoras e práticas inclusivas. Também é fundamental fortalecer o suporte psicopedagógico, promovendo ações que contemplem a saúde emocional dos estudantes e contribuam para um ambiente mais acolhedor e propício à aprendizagem.

Por fim, no âmbito financeiro, a escola poderia explorar alternativas para captação de recursos externos, estabelecendo parcerias com empresas locais, ONGs e projetos governamentais que possam complementar o orçamento. Além disso, a otimização da aplicação dos recursos disponíveis deve priorizar melhorias diretas no aprendizado e conforto dos alunos. A implementação dessas ações contribuirá para consolidar a Escola Municipal Professora Palmira de Souza como um espaço de transformação social, em que a inclusão, a participação democrática e o desenvolvimento integral sejam princípios fundamentais da prática educativa.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer imensamente à professora doutora Louize Gabriela por toda sua paciência, dedicação e orientação ao longo deste trabalho. Sua forma de nos conduzir com clareza e comprometimento fez toda a diferença, e somos muito gratas por cada ensinamento compartilhado.

Também não poderíamos deixar de agradecer ao IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte), que nos proporcionou essa oportunidade incrível de aprendizado e crescimento.

Por fim, agradecemos ao CONEDU (Congresso Nacional de Educação) pelo espaço de troca tão enriquecedor, que contribuiu não só para o nosso desenvolvimento



acadêmico, mas também para a ampliação de nossa visão sobre os desafios e avanços na área da educação.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 21 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pdde>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SANTOS, A. B.; SILVA, M. S. Gestão Participativa: Caminhos para uma Educação Democrática. *Revista de Educação Brasileira*, v. 27, n. 2, p. 45-56, 2020.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e proposições**. 11^a ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MANTOAN, M. T. E. **A Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.

PARO, V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública**, 8 ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

SANTOS, A. B.; SILVA, M. S. **Gestão Participativa: Caminhos para uma Educação Democrática.** *Revista de Educação Brasileira*, v. 27, n. 2, p. 45-56, 2020.

